

ELA

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA
Director: António J. Lavouras Lopes

Composto e impresso nas oficinas
TIPOGRAFIA-ESCOLA DA A. D. F. A.
Rua da Artilharia 1

EDITORIAL

São largas as dezenas de milhares de trabalhadores que neste momento não trabalham neste País. Uns reunindo todas as condições exigidas para exercerem uma profissão, outros, pelo contrário, sem qualificação, sem preparação, votados ao desemprego permanente, quer haja crise económica quer não, quer aumente o número de desempregados, quer diminua. Entre estes últimos contam-se os deficientes, militares ou civis, congénitos ou não, que por falta de reabilitação ou habilitação se vêem privados de um dos direitos fundamentais — o direito ao trabalho.

Para aqueles que estão preparados para o trabalho, este direito pode ser-lhe negado, mas apenas acidentalmente ou temporariamente ou então em termos nacionais, como o foi, nos últimos anos, as centenas de milhares de homens e mulheres que foram usufruir desse direito a terras doutros países, especialmente da Europa Ocidental. Entre estes encontram-se também alguns deficientes, mas não em número muito elevado e apenas aqueles que são portadores de pequenas deficiências. Lá, não apenas cá, os deficientes também têm menos hipótese e são objecto de discriminação — sobretudo quando se é estrangeiro e emigrante.

De entre as centenas de milhares de homens que nos últimos quinze anos passaram pelo serviço militar e pelas guerras coloniais, uma grande percentagem emigrou, foi procurar o trabalho que aqui não encontrava a outras paragens.

De entre esses muitos milhares de homens alguns milhares abandonaram o serviço militar e a guerra com grandes deficiências, que os impediram de trabalhar e emigrar. Muitos destes ficaram sem trabalho, sem pensão, sem assistência, sem qualquer tipo de apoio. Esses muitos, os mesmos, muitos continuam sem trabalhar, sem pensão, sem assistência, sem apoio. Até quando? Até quando durará a fase de transição para o socialismo?

C. P. R. - MAUS PRINCÍPIOS entretanto milhares de deficientes aguardam uma Reabilitação que tarda

A C. P. R. (Comissão Permanente de Reabilitação), recriada pelo decreto-lei n.º 425/76, de 29 de Maio, conforme os termos do próprio diploma está a ter maus princípios. Segundo está consignado no próprio Decreto-lei, os membros da Comissão deveriam ser nomeados nos trinta dias subsequentes à data da publicação do diploma (29 de Maio). Por conseguinte, previa-se que em 30 de Junho a comissão deveria estar a funcionar em pleno.

A burocracia e todo o peso da máquina da administração pública, aliada a uma notória falta de vontade por parte das pessoas mais responsáveis deste País em resolverem os problemas dos deficientes, encarregaram-se de desrespeitar o determinado pela lei — os 30 dias passaram e da comissão nem indícios.

Enquanto que o Decreto-lei refere logo no artigo 1.º que a C. P. R. depende da Presidência do Conselho, no «Diário da República» de 12 de Junho vem publicado um despacho que delega a competência do Primeiro Ministro em relação à C. P. R. no Secretário de Estado da Saúde. A nova C. P. R. entrava aqui num ciclo já per-



Como vai o Governo encarar a reabilitação dos Deficientes?

Foto — Estúdios ADFA

corrido várias vezes, nos vários governos provisórios pela antiga C. P. R.—o primeiro passo para a inoperância e para a extinção.

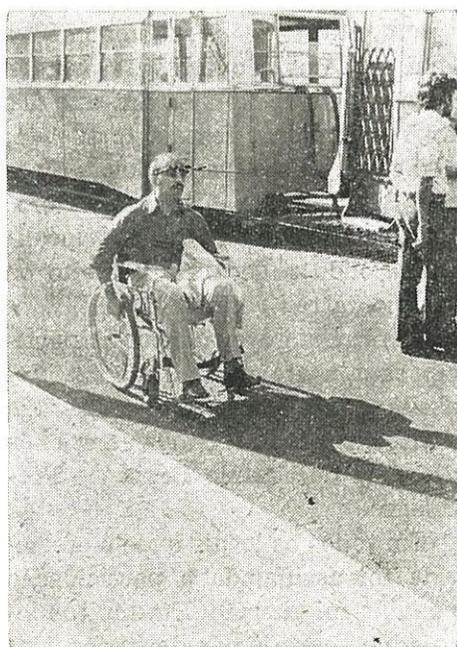
Nos governos provisórios, quando se pretendia que a C. P. R. não funcionasse era colocado na dependência da Secretaria de Estado da Saúde. E ela não funcionava mesmo. A secretaria de Estado da Saúde, uma simples Secretaria de Estado, que traz pelas ruas da amargura a sua medicina física e de reabilitação, nunca poderia superintender uma comissão de interligação de vários ministérios, tal como o Ministério da Educação, Ministério do Trabalho, Ministério dos Transportes, etc.

Entretanto, enquanto a secretaria de Estado da Saúde se preparava para agir de acordo com o despacho, o gabinete do Primeiro Ministro nomeava uma comissão instaladora da

C. P. R. Esta duplicação de iniciativas, cada qual considerava a outra ilegal, em nada terá contribuído, para a entrada em funcionamento do C. P. R.

Paralelamente a isto existe um programa do governo em elaboração, faltam poucos dias para a entrada em funções de primeiro governo definitivo. Como irá o governo encarar o problema da reabilitação e da integração dos deficientes? E a questão que a propósito se deve pôr. E da resposta desta questão dependerá o futuro da Comissão Permanente de Reabilitação. Pelo menos o futuro próximo. E se a resposta não for favorável os deficientes portugueses que necessitam urgentemente de uma reabilitação eficiente terão que aguardar mais governos ou mais 25 de Abril.

Mas quem espera desespera e a solução poderá um dia vir dos próprios deficientes, já que não vem dos governos.



Que reintegração?

Foto — Estúdios ADFA

QUAL É A CORRECTA?

No intuito de promovermos um maior nível cultural entre todos os nossos leitores e dentro do propósito de enriquecimento das páginas do nosso «Elo», iniciamos neste número uma nova rubrica.

De entre as três respostas apresentadas apenas uma está correcta.

Cabe ao leitor dizer qual é.

No final apresentamos as respostas certas.

- 1 — O célebre quadro intitulado «As Meninas» é da autoria de:
 - a) Vieira da Silva
 - b) Velasquez
 - c) El Greco
- 2 — O autor da obra «As Farpas» publicada em vários volumes é:
 - a) Eça de Queirós
 - b) Camilo Castelo Branco
 - c) Ramalho Ortigão
- 3 — O terramoto que abalou, Lisboa, provocando grande catástrofe, no reinado de D. José I, foi ano de:
 - a) 1757
 - b) 1755
 - c) 1575
- 4 — O 1.º oficial português a pronunciar-se contra a guerra colonial, logo no seu início foi:
 - a) Costa Gomes
 - b) Spínola
 - c) Pinheiro de Azevedo
- 5 — Qual foi o militar que ficou gravemente ferido aquando do assalto ao quartel de Beja no tempo de Salazar?:
 - a) Humberto Delgado
 - b) Sarmiento Pimentel
 - c) Varela Gomes
- 6 — No Palácio da Independência (Lisboa), ocupado pela ADFA após o 25 de Abril, funcionava a:
 - a) Acção Nacional Popular
 - b) Mocidade Portuguesa
 - c) Legião Portuguesa
- 7 — A Lei das Sesmarias foi promulgada por D. Fernando no ano de:
 - a) 1374
 - b) 1375
 - c) 1376
- 8 — A tomada da Bastilha, importante marco da Revolução Francesa, verificou-se no dia:
 - a) 13 de Junho
 - b) 14 de Julho
 - c) 15 de Agosto
- 9 — A obra literária «Os Gatos» é da autoria de»:
 - a) Alexandre Herculano
 - b) Almeida Garrett
 - c) Fialho d'Almeida
- 10 — Gonçalves Zarco passou à história como:
 - a) Escultor
 - b) Astrólogo
 - c) Navegador

COOPERATIVISMO - I

Na firme determinação de fazermos um «ELO» cada vez maior, não apenas no aumento do número de páginas, mas principalmente no aumento da qualidade dessas mesmas páginas, iniciamos neste número uma nova rúbrica que desde já chamamos a atenção dos nossos leitores para a discussão e participação.

Não é a primeira, nem será a última vez, que incrementamos entre os leitores do «ELO» a necessidade da discussão e participação nestas colunas.

Dado que o título é isso mesmo — COOPERATIVISMO — talvez seja desta vez que fomentaremos uma maior cooperação entre todos.

Neste primeiro artigo de cooperativismo foca-se o recém passado DIA MUNDIAL DA COOPERAÇÃO. Outros artigos subordinados ao mesmo título se seguirão.

E porquê cooperativismo?

Numa sociedade que pretendemos justa e capaz de resolver os problemas dos seus membros, o individualismo deverá ser superado. Apenas com a COOPERAÇÃO poderemos chegar à resolução objectiva dos nossos problemas.

Além disso, o movimento cooperativista, está, no nosso País, tomando cada vez mais força. E o resultado está à vista. Apesar dos erros cometidos e da pouca experiência do nosso Povo, desabitado como estava de discutir os problemas que o afectavam, o cooperativismo é cada vez maior e mais forte.

Por esta e por outras razões é que, periodicamente, abordaremos assuntos relacionados com o cooperativismo.

DIA MUNDIAL DA COOPERAÇÃO

Foi com grande relevo que se assinalou no nosso País, o DIA MUNDIAL DA COOPERAÇÃO. Através de diversas iniciativas de natureza cultural, económica, desportiva, recreativa e política, numerosas cooperativas, das quase duas mil existentes em Portugal, festejaram assim o dia que lhes é dedicado.

Impossível se torna enumerar aqui todas as cooperativas participantes, mas de Norte a Sul este dia foi festivamente festejado. Lisboa, Seixal, Setúbal, Torres Novas, Castelo Branco, Avis, Coimbra, Évora, etc., etc. foram muitas das localidades onde se levaram a efeito os festejos atrás referidos.

Os órgãos governamentais participaram neste grandioso dia. Foi assim que o Secretário de Estado da Estruturação Agrária esteve nos distritos de Castelo Branco e Portalegre.

Em todos os locais onde a efeméride foi assinalada a participação popular foi enorme. Em muitos locais houve projecção de filmes, teatro, canto livre, exposições, venda directa ao público, etc.

Os cooperantes, os trabalhadores, o Povo deste País, soube aproveitar os grandes ensinamentos colhidos em cada local onde o Dia Mundial da Cooperação foi assinalado, trocando experiências, esclarecendo-se mutuamente, adquirindo produtos a mais baixo preço, dialogando, observando. E não terá sido difícil constatar que a cooperação é o caminho certo para acabar com a injustiça e a exploração do homem pelo homem.

Já lá vai o tempo em que a maioria do nosso Povo pensava que a política era única e exclusivamente para os políticos. Hoje os trabalhadores já se aperceberam que são eles, o sujeito de transformação da nossa sociedade. É da sua força de trabalho que a sociedade se alimenta.

Por isso, só as vozes de mentalidade retrógrada atacam as conquistas e consequente emancipação dos trabalhadores.

É por tudo isso que os trabalhadores se vão dando conta que têm que tomar nas suas mãos as suas organizações. É assim que os trabalhadores descobrem a unidade e a solidariedade tão necessárias. É assim que os trabalhadores caminham para a sua organização cooperativista a fim de acabarem com as estruturas que desejam os monopólios e o parasitismo intermediário.

A produção agrícola é este ano, manifestamente superior no sector cerealífero. Por mais que custe a acreditar estamos agora sujeitos a deixar estragar, milhares de toneladas, de aveia, de centeio, de cevada de milho, de trigo, por falta de acondicionamento da colheita abundante deste ano.

É muito mau se tal vier a verificar-se e a grande culpa não será dos trabalhadores.

Encontramos assim um paradoxo enorme. Por um lado fala-se na enorme quantidade de falta de tudo, incita-se ao trabalho, os trabalhadores respondem ao apelo e os resultados estão à vista mas, por outro lado não se criam as estruturas necessárias que visem acompanhar o ritmo de produção.

Não é por acaso que o enorme aumento de produção se verifica nas regiões das Cooperativas e da Reforma Agrária. Nem é igualmente por acaso que as cooperativas aumentaram enormemente desde o 25 de Abril de 1974.

Foram os trabalhadores e os consumidores que chegaram à conclusão que o associativismo e a cooperação os conduzem à sociedade que os explorados e oprimidos de todo o mundo, há muito ambicionam — A SOCIEDADE SEM CLASSES.

LEIA,
ASSINE
E DIVULGUE
O «ELO»



VIDA ASSOCIATIVA



★ Secretariado Nacional

No dia 3 de Julho reuniu em Évora o Secretariado Nacional da Associação. Entre os vários assuntos debatidos e aprovados salienta-se a definição e estruturação dos serviços centrais da Associação que a seguir se referem.

1. Os serviços da Sede funcionarão como serviços centrais, dependendo para o efeito no aspecto técnico e sempre que em funções Nacionais do C. D. Central. Dependendo contudo e só do C. D. Zona de Lx. para efeitos administrativos e no aspecto técnico, sempre que em funções regionais.

2. Além dos serviços com funções Nacionais que a seguir se enumeram, o C. D. Zona de Lx. pode e deve criar e organizar os serviços que entenda conveniente para o bom funcionamento da Zona.

3. São serviços com funções Nacionais:

3.1. Gabinete dos órgãos administrativos

- a) Secção de delegações
- b) Gabinete de estudos e planeamento
- c) Contencioso
- d) Património e instalações

3.2. Divisão geral de reintegração Social

- a) Departamento de reabilitação Subdividido em: s/de reabilitação profissional
s/de reabilitação médica
s/de assistência social
s/de oficinas protegidas
- b) Departamento de dinamização Subdividido em: s/de informações
s/de acção dinamizadora
- c) Departamento de educação e cultura Subdividido em: s/de cursos
s/de acção cultural
s/de desporto

3.3. No âmbito da Divisão Geral de Reintegração Social existirá uma Comissão Nacional de Reabilitação nomeada pelo Secretariado Nacional, que criará o seu regulamento orgânico e modo de funcionamento. A Comissão Nacional de reabilitação definirá e orientará as linhas gerais de política de reabilitação e reintegração social dos Deficientes das Forças Armadas, de acordo com as linhas gerais traçadas pelo Secretariado Nacional.

- a) No âmbito da Comissão Nacional de Reabilitação funcionará uma sub-Comissão de Acção Cultural também nomeada pelo Secretariado Nacional. A sub-Comissão definirá e orientará toda a política de valorização cultural dos DFA.
- b) No âmbito da Comissão Nacional de Reabilitação funcionará uma sub-Comissão de Dinamização que definirá e orientará toda a política respeitante à mentalização e consciencialização dos DFA,

Deficientes civis e população em geral. A Sub-Comissão também será nomeada pelo Secretariado Nacional.

- c) A DGRS será o órgão executivo das orientações traçadas pela Comissão Nacional de Reabilitação, sub-Comissão de Acção Cultural e sub-Comissão de Dinamização e os serviços centrais (em Lisboa) coordenarão essa mesma execução a nível Nacional.

3.4. Divisão dos Serviços administrativos

- a) Departamento financeiro
- b) Departamento de pessoal
- c) Secretaria geral e arquivo

3.5. Departamento de apoios e fundos

3.6. Jornal «ELO»

A próxima reunião do Secretariado Nacional realizar-se-á no dia 24 de Julho no Porto, tendo como ponto fundamental da ordem de trabalhos a reformulação do orçamento para o 2.º semestre de 1976.

★ Assinantes do «Elo»

Por deliberação do Secretariado Nacional da Associação foi enviada aos órgãos de informação, com pedido de divulgação, o seguinte comunicado:

«Chegou ao conhecimento da Associação dos Deficientes das Forças Armadas que alguém estranho aos seus serviços teria angariado assinaturas do órgão informativo desta Associação — Jornal «Elo», e que, por conseguinte, pessoas existem que pagaram a assinatura de um jornal que não receberam.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFFA) lamenta que estas pessoas tenham sido enganadas em seu nome, estando a diligenciar no sentido de apurar a verdade desta acção e a responsabilidade de quem a praticou, solicitando aos lesados que entrem directamente em contacto com a Sede desta Associação, Palácio da Independência, Largo de S. Domingos em Lisboa, ou pelo telefone 36 21 67».

Esta questão vem desde há uns tempos para cá a preocupar a Associação, estando os responsáveis determinados a investigar profundamente todo este processo. Aproveita-se para solicitar mais uma vez a todas as pessoas que tenham sido levadas neste processo fraudulento de recolha de assinaturas, ou que conheçam alguém nesta situação, que entrem em contacto com a ADFFA, ajudando-a a descobrir quem abusivamente praticou tais actos.

O interesse e carinho que o «Elo» merece por parte das pessoas que o lêem e pretendem assinar, muito especialmente os trabalhadores e ca-

madas desfavorecidas do Povo Português, não poderão ser prejudicados por actos que ignoramos.

Informamos que os elementos da ADFFA que se apresentem a angariar assinaturas do «Elo» serão sempre portadores de uma credencial da ADFFA assinada e devidamente autenticada com o selo branco.

//////

★ A ADFFA no Ministério da Defesa Nacional

Em vésperas de formação do 1.º Governo constitucional, em que os responsáveis pelos Ministérios estão já a preparar-se para passar as pastas, há necessidade de fazer o balanço dos trabalhos realizados e o cálculo das perspectivas futuras.

A ADFFA teve relações de trabalho com vários Ministérios e Secretarias de estado dos vários governos provisórios. Mas foi com o Ministério da Defesa Nacional que se desenvolveu uma maior actividade. Aí foi elaborado o decreto-lei 43/76 que depois viria a ser alterado pelo governo e viria a ser publicado com o teor que conhecemos. Foi através do Ministério da Defesa Nacional que a ADFFA foi dotada com um orçamento do Estado para 1976. É no Ministério da Defesa que funciona a CMRA, na qual a ADFFA está representada por um delegado. Foi ainda ao Ministério da Defesa que a ADFFA se dirigiu várias vezes para solicitar apoio no sentido de serem resolvidos pelo Governo várias situações que afectam os deficientes das F.A. no campo da reabilitação.

A Associação, através de elementos do Conselho Directivo Central, contactou responsáveis do Ministério da Defesa, no sentido de fazer um balanço das actividades desenvolvidas em conjunto (MDN - ADFFA) e de se perspectivar a colaboração futura. Caberá aos novos responsáveis pelo Ministério definir o apoio e a colaboração que deverá ser prestada à Associação. Espera-se que essa colaboração continue a ser efectiva e que se intensifique mesmo, e, sobretudo, que os trabalhos aí realizados não constituem uma frustração para ambas as partes, tal como aconteceu com o Decreto-Lei 43/76.

Para já, e segundo foram informados os elementos do Conselho Directivo Central da Associação, os responsáveis cessantes vão deixar uma proposta de trabalho muito concreto para os seus sucessores. Trata-se da elaboração de um decreto-lei sobre as pensões de prego de sangue dos familiares dos militares falecidos. Trata-se de um gesto de justiça que já vem muito atrasado, mas que continua actual.

Ao Ministério da Defesa, tal como aos outros Ministérios a ADFFA irá bater à porta. A colaboração que receber, se for boa, não constituirá mais que um dever de um governo que deve à sua própria existência a um povo que o elegeu.

★ Reuniões de 3.ª-feira

Na sede da Associação, em Lisboa, continuam a realizar-se reuniões de trabalho todas as 3.ªs-feiras. Na primeira 3.ª-feira de cada mês a reunião realiza-se no Lar Militar. Assim, no dia 6 de Julho teve aí lugar mais uma das habituais reuniões. O decreto-lei 43/76, a sua interpretação e aplicação, foi o tema fundamental. Começam já a ser devolvidos vários requerimentos de revisão processual indeferidos. No Lar Militar há já casos destes. Para estes a esperança que entrou naquela casa com o 25 de Abril de 1974 parece morrer agora passados mais de dois anos. Mas morrerá de facto? Através desta reunião e de outras não se conclui isso. Antes pelo contrário, a vontade de lutar parece ser cada vez mais forte e determinante. A luta pela reintegração e pela justiça, desencadeada no interior de cada um, é de facto irreversível.

//////

★ Reabilitação e Formação Profissional

Dentro dos planos de funcionamento das oficinas protegidas da ADFFA está previsto a sua utilização como oficinas-escola, formando profissionalmente deficientes sem qualificação para exercerem uma profissão. Na oficina de electrónica vai iniciar-se o primeiro curso de formação de deficientes nesta especialidade. O orientador do curso é um militar da Força Aérea que foi colocado na Associação para o efeito. A volta de 10 alunos frequentarão este curso durante aproximadamente 12 meses. Paralelamente às aulas teóricas funcionarão aulas práticas e, pouco a pouco, os alunos irão assumindo a responsabilidade de executar determinadas tarefas, a fim de ficarem de facto preparados para serem colocados no exterior no trabalho competitivo.

//////

★ CMRA no Lar Militar

Está prevista a deslocação da Comissão Militar de Reabilitação e Assistência (CMRA) ao Lar Militar em Lisboa. A ideia foi sugerida pelos próprios residentes do Lar Militar e o delegado da Associação foi porta-voz. A ideia aceite e a CMRA deslocar-se-á ao Lar Militar no dia 19 de Julho para ouvir directamente dos deficientes das F. A. que aí residem os problemas que os afectam.

O «Elo» fará uma cobertura desta reunião, dando conhecimento aos associados e leitores deste acontecimento que é de facto inédito. Esperamos que iniciativas destas, por parte dos responsáveis, se repitam.

(Continua na pág. 5)

PÁGINA CULTURAL

A POESIA É A ARTE-VIVA. A SUA ASSIMILAÇÃO, ALÉM DE INSTRUTIVO, PROVOCA-NOS REACÇÕES FACILMENTE COMPREENSÍVEIS QUANDO, LIDA OU ESCUTADA ATENTAMENTE, COM O ESPÍRITO ABERTO À CRÍTICA. A OBJECTIVIDADE E PROFUNDIDADE QUE A POESIA ADQUIRE, VARIA COM O POETA. A POESIA, COMO QUALQUER OUTRA FORMA DE ARTE, TEM DUAS OPÇÕES: — OU ESTÁ A FAVOR DO POVO, DO POVO TRABALHADOR E EXPLORADO; OU ESTÁ CONTRA ESTE A FAVOR DOS EXPLORADORES. PODEREMOS AINDA CONSIDERAR A POESIA QUE NÃO DEFENDE NEM ATACA NENHUMA CLASSE, ISTO É, A POESIA ROMÂNTICA OU NÃO INTERVENCIONISTA.

HOJE A LITERATURA DEIXOU DE PODER SER INOCENTE. ELA TEM QUE SER OBJECTIVA E PÔR-SE AO SERVIÇO DA EMANCIPAÇÃO POPULAR.

PARA MELHOR COMPREENSÃO DA ARTE POÉTICA E A SUA FUNÇÃO, CITAMOS MAIAKOVSKI QUE NOS AFIRMA:

PRIMEIRO / É PRECISO / TRANSFORMAR A VIDA / PARA CANTÁ-LA / EM SEGUIDA.

É ESTA «TRANSFORMAÇÃO DA VIDA», DA MANEIRA DE PENSAR E AGIR QUE NÓS PRETENDEMOS LEVAR A TODOS COM A DIVULGAÇÃO DE POETAS, CONSAGRADOS OU NÃO, ATRAVÉS DESTA RUBRICA DO NOSSO «ELO».

CABE-NOS DIZER QUE É NOSSA INTENÇÃO, DIVULGARMOS SEMPRE, PELO MENOS, UM POETA NACIONAL NESTA RUBRICA.

Para não cairmos numa certa monotonia, a disposição desta página, é, neste número um pouco alterada em relação às outras publicadas anteriormente.

A intenção é a mesma. O propósito de divulgarmos sempre, pelo menos, um poeta nacional persiste. Contudo, neste número divulgaremos mais poetas que o habitual.

Ó POVO DO MEU PAÍS

*O povo do meu país
não conheces as estradas
deixas a noite tombar
como quem deixa correr
o sangue sem dizer nada
olha que a noite já corre
nos campos e nas estradas
e já corre a tua dor
por sobre a terra lavrada.*

*No descampado da noite
vêm golpear-te os braços
e deixas correr o sangue
como quem deixa tombar
a noite sem dizer nada.*

*O povo do meu país
no desamparo do sangue
não conheces as estradas
nem vês as aves caladas
que por o rumor da noite
se movem pousam assaltam
a tua terra cansada*

*O rumor do teu cansaço
estilhaça a escuridão
é uma lua lavrada
de suor o teu clarão
O povo do meu país
não conheces as estradas
a lua do teu suor
irá um dia mostrar-tas.*

GASTÃO CRUZ

*este dia é meu.
Eu sou camponês,
este dia é meu.
Todos,
estendidos nas trincheiras
esperando a morte infinita,
todos
os que num carro blindado
atiram contra seus irmãos,
escutai:
Hoje é o 1.º de Maio.
Partamos ao encontro
do primeiro dos nossos dias,
enlançando as mãos proletárias.
Calai vossos morteiros!
Silêncio, metrelhadoras!
Eu sou marinheiro
Este dia é meu.
Eu sou soldado
Este dia é meu
Todos
das casas
das praças
das ruas,
encolhidos pelo gelo invernal
todos
torturados da fome,
das estepes,
dos bosques,
dos campos,
Saí neste 1.º de Maio!
Glória à gente fecunda!
Desabrochais primavera
verdes campos cantai
Soai sineiros e apitos!
Eu sou de ferro,
Este dia é meu.
Eu sou da terra,
Este dia é meu.*

MAIAKOVSKY

POEMAS DO CÁRCERE

DIÁRIO DA PRISÃO

*Aqui teu corpo está preso na cela
Teu espírito, não. Está livre.
Para continuar a tua missão.
Deves manter o teu moral elevado.*

A FLAUTA DO COMPANHEIRO DE PRISÃO

*Uma canção de nostalgia.
Subitamente imunda as celas da
cadeia.*

*O tom, gemido. O ritmo, soluço.
Que sofrimento ver-te do outro
lado,
Por vales e montanhas,
Sombra da minha bandeira que
tristemente espera.*

O CAMINHO

*Se levo fortemente atados os braços
ouço os pássaros, sinto o perfume
das flores.
Quem me pode impedir esta felicidade
que me faz só e o marchar menos
triste?*

ALERTA NO VIETNAM

*Antes a morte à vida como servo
Quando as bandeiras livres se des-
fraldam,
que desgraça estar numa enxovia,
e não poder lançar-me nas batalhas.*

HO CHI MINH

PORT - WINE

*O Douro é um rio de vinho
que tem a foz em Liverpool e em
Londres
e em Nova Iorque e no Rio e em
Buenos Aires:
quando chega ao mar vai nos
navios,
cria seus lodos em garrafeiras
velhas,
desemboca nos clubes e nos bares.*

*O Douro é um rio de barcos
onde remam os barqueiros suas des-
graças,
primeiro se afundam em terras suas
vidas
que no rio se afundam as barcaças.*

*Nas sobremesas finas as garrafas
assemelham cristais cheios de ru-
bis,
em Cape-Town, em Sidney, em
Paris,
tem um sabor generoso e fino
o sangue que dos cais exportam em
barris.*

*As margens do Douro são penedos
fecundados de sangue e amarguras
onde cava o meu povo as vinhas
como quem abre as próprias sepul-
turas:
nos entrepostos do cais em arma-
zéns,*

*comerciantes trocam por esterlino
o vinho que é o sangue dos seus
corpos,
moeda pobre que são os seus des-
tinios.*

*Em Londres os lords e em Paris os
snobs,
no cabo e no rio os fazendeiros
ricos
acham no Porto um sabor divino,
mas a nós só nos sabe, só nos sabe,
à tristeza infinita de um destino.*

*O rio Douro é um rio de sangue,
por onde o sangue do meu povo
corre.
Meu povo, liberta-te, liberta-te!
Liberta-te, meu povo! — ou morre.*

JOAQUIM NAMORADO

MORSE DE SANGUE

*Quem tem consciência para ter
coragem
Quem tem a força de saber que
existe
e no centro da própria engrenagem
inventa a contra-mola que resiste*

*Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
e envolto em tempestade decepada
entre os dentes segura a primavera*

JOÃO APOLINÁRIO

MEMÓRIA II

*E à tarde
Os soldados voltavam*

*Traziam feridas
E balas a menos
Traziam memórias
De sonhos traídos
Traziam fadigas
De corpos caídos*

*Nos sacos e rostos
Traziam o regresso
Traziam memórias*

*Soldados sem armas
Voltavam em transe
Não eram os mesmos*

MANUEL GERALDO

1.º DE MAIO

Todos

*que marchais pelas ruas
e trabalhais nas máquinas, nas fá-
bricas,*

*todos
desejamos que chegue a nossa festa,
as costas marcadas pelo trabalho,
saí no 1.º de Maio,
o primeiro dos dias.
Recebê-lo-emos, camaradas,
com a voz entrecortada de cauções.
Primavera,
Derretei a neve.
Eu sou operário,*

OPINIÃO

Sexta Assembleia Geral da Organização dos Estados Unidos Americanos (O.E.A.)

Em Santiago do Chile, capital do marterizado Chile, realizou-se a 6.ª Assembleia Geral da O. E. A.

Uma das conclusões dos observadores, após o prolongado debate sobre a ordem de trabalhos, de 41 pontos, foi que a presença dos Estados Unidos da América do Norte, como Estado membro constitui um factor importante na inoperância da organização dos Estados Americanos. E isto porque os interesses de um dos países mais ricos do mundo chocam-se com as aspirações dos países em vias de desenvolvimento da América Latina que lutam cada vez mais afincadamente contra o domínio dos EUA. Alguns claro porque outros se sentem muito bem (a nível de governantes) com o apoio dispensado por aquela super-potência.

Outro aspecto negativo da política dos EUA no contexto das relações, é a sua natural tendência para o bilateralismo, prejudicial para os fundamentos unitários da região. Até os observadores de um país como o Chile que, como é sabido, há um constante atropelo da dignidade humana, apontaram essa tendência perniciososa. É claro que o Governo de Pinochet tem feito publicamente, por várias vezes, declarações de franca «amizade e cooperação» com os Estados Unidos.

O secretário de Estado — Henry Kissinger — que permaneceu três dias na capital do Chile, orientou a sua acção para os contactos bilaterais, iniciando uma série de contactos como o chanceler do Brasil — António Azeredo da Silveira — representante do principal aliado da Casa Branca, e continuando-a com a maioria dos Ministros dos Negócios Estrangeiros participantes na sexta Assembleia Geral dos O. E. A.

Em consequência da diversificação de opiniões os principais problemas da América Latina foram mais uma vez adiados, enquanto alguns se mantêm numa fase de procura difícil de solução igualmente difícil.

As promessas de Henry Kissinger não passam disso mesmo — de promessas — como é sabido está a terminar o seu mandato, por isso mesmo não tem poderes para tomar compromissos até que se apure o resultado das eleições no seu país.

Se os sul-americanos põem o problema da urgente necessidade de Washington dar o seu apoio amplo e concreto ao desenvolvimento económico da América Latina, forneça tecnologia moderna, favoreça a industrialização de matérias-primas, os Estados Unidos apoiam essas aspirações, mas unicamente através de empréstimos que apenas contribuem para uma maior dependência dos países em vias de desenvolvimento para com a Casa Branca.

Além disso verificou-se mais uma vez a inoperância da O. E. A. Cada qual disserta sobre o que mais lhe convém. Se um país diz que se deve dar maior apoio para se chegar a uma situação estável, logo os EUA dizem que sim. Que são a maior potência. Que vão ajudar todos etc., etc. Enfim o costume.

Quando se lhe exige uma resposta concreta, comprometem-se a

procurar uma solução aceitável que nunca passa da promessa.

A lei do comércio externo norte-americano constitui um bom exemplo. Os EUA tomou nota da unanimidade latino-americana contra essa legislação e comprometeu-se a colaborar para eliminar as exclu-



Henry Kissinger

sões do Equador e da Venezuela, considerados «dissidentes» por serem membros da organização dos Países Exportadores de Petróleo (O. P. E. P.), minorando por isso, as pressões e dependência para com os EUA. Contudo a promessa dada pelos Estados Unidos é difícil, tal como outras, de concretizar.

Quanto à questão panamiana relacionada principalmente com o canal, o bloco Latino-Americano deu o seu apoio unânime àquele país. Inclusive o chanceler Aquilino Boyd afirmou publicamente que «a paciência dos povos tem um limite». Novamente surgiu a «boa-vontade» dos EUA de estudarem uma situação harmónica para o conflito. Mas acontece que o executivo americano põe e o congresso dispõe.

Algumas declarações dos delegados latino-americanos reflectem ocasionalmente o seu mal-estar pela prolongada confrontação em questões básicas com os Estados Unidos.

Fernando Ortiz disse numa conferência de Imprensa sobre o tema «Empresas Multinacionais»:

— «Se pudesse exprimir a minha opinião pessoal a este respeito, as minhas opiniões seriam consideradas incendiárias». Mais adiante acrescentou que como diplomata, tinha forçosamente que cingir-se a certas normas.

No decorrer da sexta Assembleia Geral da OEA, as multinacionais transformaram-se num dos temas mais controversos da ordem de trabalhos. Um projecto de moção que

propunha um «código da conduta» de onze pontos para essas empresas, a maioria das quais são americanas, foi bloqueado pela delegação norte-americana, que aceitou quatro pontos, pôs em causa outros quatro e rejeitou três.

A questão será levada à sétima Assembleia, e continuar-se-á à procura de um difícil consenso mínimo entre a unidade latino-americana e os Estados Unidos.

Entretanto, e salvo raras excepções, as mutinacionais continuarão a usar os métodos criticáveis, tais como, suborno à escala internacional, negando a tecnologia moderna aos países receptores, ignorando a legislação local, conspirando contra qualquer situação que não lhes seja favorável, investindo capitais e re-

tirando-os em seguida em maior quantidade, originando graves conflitos, afectando o crédito e realizando acções de intromissão nos assuntos internos, enfim um sem-número de actuações, sobejamente conhecidas nada louváveis.

Os observadores não ocultam o seu desalento pela inoperância da Organização dos Estados Americanos e, em certos meios volta a ser mencionada a ideia de uma OEA latino-americana. Outros pensam que essa via levaria a um confronto estéril com os Estados Unidos da América do Norte, enquanto o secretário-geral — Alejandro Orfila afirma que é proveitosa a presença norte-americana na OEA, porque a mesma permite um diálogo directo.

Vida Associativa

(Continuação da pág. 3)

* Ensino para Deficientes

UM DECRETO QUE O VI GOVERNO PROVISÓRIO NÃO TEVE TEMPO PARA APROVAR

Totalmente elaborado o decreto-lei sobre o ensino para deficientes das F. A., já na pasta do Ministro, e não foi aprovado.

Esperamos que seja um dos primeiros diplomas a serem aprovados pelo novo governo, a fim de poder ser já aplicado no próximo ano lectivo.

Este diploma reveste-se de uma importância fundamental para a preparação dos deficientes das F. A. a fim de poderem ser reintegrados sócio-profissionalmente. Mais um ano de espera cifra-se, para muitos deficientes, muitas vezes em danos morais incalculáveis. Esperemos de facto que este diploma, totalmente elaborado, seja um dos primeiros que o novo Ministro da Educação e Investigação Científica leve a Conselho de Ministros.

//////

* Fim de mais um ano lectivo na ADFA

Iniciaram-se já os exames dos alunos da ADFA. Este ano, por despacho do Ministro da Educação, os exames dos deficientes alunos da ADFA, do ciclo preparatório e do curso geral, realizam-se na própria Associação, constituindo uma experiência a avaliar para o próximo ano lectivo que se prevê seja muito mais intenso e com mais frequência já no âmbito do decreto-lei,

NOTICIÁRIO

(Continuação da pág. 6)

Amshit declarou que todas as facções em luta tinham aceiteado a trégua. Todos os obstáculos devem ser removidos, caso contrário a crise continuará.

Segundo uma emissora da esquerda libanesa o acordo do Cairo não se concretizará enquanto a direita mantiver a sua ofensiva contra o acampamento de Tal Zaatar, que tal como dissemos anteriormente é, contituído, na sua maioria por refugiados.

Tal Zaatar é a «estalinegrado dos palestinos» declarou uma emissora palestina, fazendo a comparação entre aquele acampamento e a cidade onde os soviéticos resistiram heróica e tenazmente aos ataques dos criminosos nazis durante a Segunda Guerra Mundial.

EVACUAÇÕES

Após numerosas missões diplomáticas terem abandonado o Líbano, aconselhando ao mesmo tempo os seus compatriotas a seguirem-nos, chegou o momento em que o pessoal diplomático da U. R. S. S. deixou a capital.

Desde Junho que os estrangeiros têm abandonado aquele marterizado país Árabe.

JORNAL
« E L O »
CAMPANHA
DE DIVULGAÇÃO E
ASSINATURAS
COLABORA

Assinar o «ELO» significa estar de acordo com um conjunto de ideias e sobretudo apoiar os Deficientes na SUA LUTA.

Recorte e envie para o JORNAL «ELO» — Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA

QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE
DO VOSSO JORNAL

NOME

MORADA

ANUAL 100\$00

SEMESTRAL 50\$00

Marque com um X no quadrado respectivo.

NOTICIÁRIO

DO PAÍS

AURÉLIO DA COSTA FERREIRA

A 15 de Julho de 1922 — há precisamente cinquenta e quatro anos — Portugal perdia um dos vultos mais elevados no campo cultural deste século.

António Aurélio da Costa Ferreira contava apenas 43 anos de idade quando, levado por extrema depressão nervosa, se suicidou em Lourenço Marques (actualmente Maputo).

Médico, pedagogo, antropólogo, foi também uma das grandes figuras que contribuíram para a im-



António Aurélio da Costa Ferreira

plantação da primeira República em Portugal. Participou activamente na Câmara Municipal de Lisboa, presidida na altura por Braancamp Freire. Após o triunfo das ideias republicanas no nosso País foi eleito deputado pelo círculo de Setúbal. Por pouco tempo foi deputado, pois em 1912 abandonaria, quase por completo, a vida política.

Dentro de três anos completará-se um século sobre o seu nascimento no Funchal. Poucas individualidades portuguesas terão conseguido ter uma vida tão útil e dedicada ao Povo.

Recordar-se António Aurélio da Costa Ferreira é um acto de justiça. O seu nome está ligado a uma rua e a um instituto de ensino para crianças diminuídas.

QUE SE PASSA NA RTP?

A administração da RTP, segundo o nosso prezado colega da imprensa diária — «Diário de Notícias» — ordenou um inquérito a dois jornalistas, em virtude das reportagens por estes efectuadas, no dia das eleições e no festival comemorativo do Dia da Força Aérea.

O responsável pela primeira destas reportagens é o jornalista Jaime Saint-Maurice, o qual tendo sido incumbido de recolher opiniões sobre o acto eleitoral, incluiu na emissão o testemunho de duas crianças, uma delas afirmando que não votava em Otelo porque este «não tinha cabeça para ser Presidente», e a outra que não votaria em Eanes porque as letras do seu nome constituíam as iniciais de uma frase

que, segundo o parecer da administração daquele importante órgão de comunicação, era «insultuosa» para o então candidato, actualmente Presidente da República Portuguesa.

Aliás nos termos do quesito em que foi ordenado o inquérito, só neste segundo caso teria havido ofensa.

Quanto à reportagem efectuada em Sintra, aquando o festival comemorativo do Dia da Força Aérea, o seu responsável foi o redactor Mira Godinho, autor de algumas perguntas a um oficial ali presente, cuja formação terá desagradado ao chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Morais e Silva.

Assim, na transmissão do referido festival os telespectadores puderam ouvir, servindo de «off» às imagens das exibições aéreas, uma entrevista com um oficial com o qual o repórter Mira Godinho questionou acerca do gasto supérfluo de combustível num festival que coincidia com a tomada de medidas de austeridade por parte do governo, bem como acerca de dois «Mirages» franceses entre os aviões ali presentes.

Tal reportagem teve, por consequência, não só uma notificação do E. M. F. A. à administração da televisão, como também, a deslocação de um major daquele ramo das Forças Armadas aos estúdios do Lumiar, a fim de ouvir o redactor e a administração.

Tal atitude por parte da Força Aérea levou a chefia da redacção a ordenar uma nova montagem da cobertura do festival realizado, em Sintra, eliminando desta vez a citada entrevista. O novo programa foi mais tarde transmitido com a substituição da referida entrevista por música de Strauss.

Algo vai mal na RTP.

Música por música porque não uma obra de António Vitorino de Almeida. Sempre era uma «coisa fabricada em Portugal».

Lembramos os nossos leitores, que não há muito tempo a RTP colheu informações prestadas por camaradas da ADF, contra as acções de despejo e que depois negou ter recolhido essas mesmas declarações.

FALTAM MÉDICOS EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

A fim de debater a falta de médicos e outras carências sanitárias verificadas com a presente época estival, reuniu-se no Hospital Marquês de Pombal a respectiva comissão instaladora.

A exemplo do que vem sucedendo em anos anteriores, o grande afluxo de veraneantes à região do Algarve, origina graves problemas no campo da cobertura médica, já de si insuficiente.

No ano transacto o concelho de Vila Real de Santo António recorreu à ajuda externa de 15 policlínicos, que actuando quarenta e oito horas semanais no hospital da vila, asseguraram um serviço permanente.

No entanto, embora este ano se tentasse utilizar o mesmo processo, nada se conseguiu, debatendo-se a Comissão Instaladora com a dificuldade de acudir hospitalarmente a um aumento que se calcula em cerca de cinquenta mil pessoas.

A adicionar a este facto, este ano há igualmente a registar uma baixa no quadro clínico do Hospital Mar-

quês de Pombal, contando-se agora apenas com quatro médicos, que no período do verão são solicitados para todo o concelho, bem como para o de Castro Marim.

Aos sábados e domingos, o Hospital de Vila Real de Santo António assiste ainda, além dos doentes de Cacula, aos dos concelhos de Castro Marim e Alcoutim, onde não há assistência médica nesses dias.

Depreender-se-á assim, que, pese embora a boa vontade dos médicos, serão neste estado de coisas, de admitir algumas falhas que eventualmente possam verificar-se.

Salientamos que nas cidades de

Lisboa e Porto existem cerca de 75 por cento dos médicos que exercem a sua profissão no país.

Quando será que Portugal se alargará e chegará à província?

Numa altura em que se pretende a descentralização de quadros e serviços achamos que seria óptimo que o País saísse das «paredes» citadinas do Porto e de Lisboa, onde até aqui tem estado «encerrado».

Casos há, em que um doente em estado grave com urgência de cuidados clínicos se vê obrigado a percorrer duzentos e mais quilómetros para ter a assistência médica que o seu caso requer.

DO ESTRANGEIRO

LÍBANO

O clima de insegurança derivado à guerra civil que desde há uns meses a esta data assola todo o País, onde forças de direita e de

momentos terríveis em consequências dos contínuos combates travados nas ruas da cidade.

Entretanto o chefe da direita libanesa — Pierre Gemayel — declarou que em breve conquistaria o



Vista parcial de Beirute

esquerda se confrontam, vem recrudescendo de intensidade.

A guerra civil já causou alguns milhares de vítimas. Os combates sucedem-se quer na capital — Beirute — quer no interior do País.

Recentemente os falangistas da direita conquistaram o importante acampamento de Jisr Al Pasha na zona leste de Beirute. As forças direitistas apoiadas pela Síria e com a ajuda económica — material de outros países levaram a bom termo o cerco ao acampamento de Zaatar. Contudo, as forças de esquerda que defendem aquele acampamento declaram-se dispostos ao suicídio, se tal for necessário, para que a direita não o conquiste.

Enquanto a guerra civil se torna cada vez mais feroz, apesar dos repetidos apelos e acordos de paz, o dirigente — Kamal Gumbatt — da esquerda libanesa afirma que se os acampamentos caírem em mãos dos direitistas, dificilmente se alcançará a tão desejada paz. O mesmo dirigente pediu a diversos países árabes, aviões de combate e outro material bélico, para a defesa dos acampamentos cercados, que já há vários dias vêm sendo constantemente bombardeados.

EPIDEMIAS NA CAPITAL

Enquanto isto a capital encontra-se sem água, comunicações e electricidade. Os casos de febre tifóide e outras terríveis doenças estão a atingir a massacrada população de Beirute que vem vivendo

acampamento de Tal Zaatar que tem uma população de cinquenta mil pessoas, sendo vinte mil palestinianos e os restantes trinta mil, libaneses, que na sua grande maioria vieram fugindo dos ataques israelitas junto da fronteira do seu País.

QUINQUAGÉSIMA TRÉGUA

Os dirigentes das forças direitistas envolvidas na guerra civil do Líbano aceitaram condicionalmente mais um cessar-fogo, segundo um comunicado difundido pela Rádio Amshit afecta à direita.

No entanto a Rádio Beirute, afecta à esquerda referiu-se apenas à possibilidade de um acordo de cessar-fogo.

A perspectiva de 50.^a trégua desde o início da guerra civil, há quinze meses, surgiu no momento em que as forças direitistas aperçavam o cerco ao acampamento de Tal Zaatar.

A Rádio Amshit declarou que o entendimento resultou de conversações efectuadas entre os dirigentes da direita e uma missão de paz da Liga Árabe, chefiada pelo seu secretário-geral — Mahmoud Riad — e, acrescentou que a trégua dependerá do acordo alcançado no Cairo entre o Governo Libanês e o movimento palestiniano efectuado em 1969.

Mais tarde, citando o secretário-geral da Liga Árabe, a Rádio